

A greve na PUC

Numa sociedade em crise a massa de informações que diariamente chega às pessoas nem sempre contribui para seu juízo crítico. A realidade da crise fica evidente em cada fato noticiado, no entanto, torna-se difícil compreender o que está "por trás", qual a origem da situação e, conseqüentemente, torna-se difícil vislumbrar uma saída. Nessas situações é que vicejam as manipulações ideológicas (conscientes ou não) da opinião pública.

Tal é o que pode acontecer com relação à greve estudantil da PUCRS.

Com declarações saudadas como "claras e inequívocas" pelo Informe Especial (Zero Hora, 27/09/83), o Reitor da PUCRS, Prof. Norberto Rauch, definiu sua posição sobre o conteúdo das reivindicações que levaram à greve os estudantes daquela Universidade: "Quem se matricula na PUC sabe o que está fazendo. As regras do jogo são claras!" O mesmo raciocínio costumava ser usado por outro Reitor de Universidade privada, o Prof. Luiz Marobim, quando Reitor da Unisinos.

Pe. Marobim, note-se, ampliava o raio de ação dessa lógica, chamando a atenção para o caráter confessional de sua Universidade.

Assim, as "regras do jogo" a que aludia referiam-se não apenas às do jogo econômico mas também às da catolicidade da Instituição, às quais os estudantes deveriam se submeter tanto quanto ao cálculo econômico que semestralmente estabelece novos valores para as mensalidades.

A lógica é aparentemente simples: numa sociedade "aberta" (as conotações ideológicas deste objetivo são claras!) cabe ao estudante escolher a Instituição que ofereça melhores condições para a realização de seus estudos. Feita a escolha, impõe-se o respeito ao caráter da Instituição (Pública ou Privada, Confessional ou Leiga), às "regras do jogo" sem o que a sociedade "aberta" vê-se comprometida.

Este, supõe-se, é o nível de consciência exigido dos estudantes pela impositiva declaração de que "quem se matricula na PUC sabe o que está fazendo!" Vai aí implícita a afirmação de que os estudantes não foram constrangidos a se matricular na PUC!

Ora, é evidente que tal raciocínio não corresponde à realidade! O que impõe a 75% dos estudantes universitários a matricular-se em Universidades privadas, a despeito do que isto lhes impõe de sacrifícios, é a própria estrutura do Ensino Superior, cuja expansão deu-se de forma a atender às necessidades imediatas da acumulação de capital em uma economia dependente!

A expansão do número de vagas da Universidade brasileira deu-se num momento em que o Estado (como hoje!) tinha seus recursos

econômica das filiais das multinacionais aqui instaladas. Em consequência, não sobravam recursos para a Educação (assim como para a Saúde), e a expansão daquelas vagas deu-se quase exclusivamente via expansão da rede privada. Esta garantiu (ao lado da rede federal depois da Reforma Universitária de 88) o suprimento de quadros técnicos medianamente qualificados que iriam operar as novas técnicas produtivas importadas pelas empresas públicas e privadas (gerando a dependência tecnológica), em cuja formação não eram necessários grandes investimentos, como seriam os necessários à formação de verdadeiros técnicos e cientistas.

É evidente que o esgotamento do modelo econômico é fatal para a Universidade que lhe é própria.

E não é coincidência que a crise comece a se manifestar mais agudamente nas Escolas Privadas! Qual o estudante que hoje pode suportar reajustes nas mensalidades em índices superiores ao INPC, quando os salários (dos quais depende a imensa maioria dos estudantes) são reajustados abaixo do INPC? A consequência será a diminuição do número de matrículas ou a evasão escolar pura e simples, com a decorrente queda na receita dessas Instituições.

Isto se as Reitorias continuarem negando-se a negociar os índices de reajuste. O que, por sua vez, pode revelar um fato: sob a capa de atividade educacional está se realizando comércio puro e simples! Evidências disso: enquanto os salários dos professores são reajustados abaixo do INPC (46,48% na PUCRS) as mensalidades cobradas aos estudantes são reajustadas acima (56,7% na PUCRS); muitas Universidades dispõem de equipamentos e laboratórios importados a preços simbólicos via convênios culturais de governo a governo, aos quais os estudantes não têm nenhum acesso! Tais equipamentos são utilizados em operações comerciais de prestação de serviços a empresas públicas e privadas! Os lucros dessas Instituições, que legalmente não os podem ter, são acobertados das mais diversas formas: desde altíssimos salários para seus diretores (é comum a folha de pagamentos do pessoal administrativo, numericamente muito inferior ao pessoal docente, exceder em três, quatro ou mais vezes a folha de pagamento dos docentes), até o aluguel de imóveis das Mantenedoras para as Universidades por elas "mantidas" a preços muitas vezes superiores aos de mercado!

A saída? Esta deve ser pensada em dois níveis. Imediatamente, cabe às Reitorias negociar com estudantes e professores os índices de reajuste das mensalidades que comprovadamente sejam necessários à manutenção das Universidades. Isto obviamente implica "abrir os livros" da administração financeira e mostrar que não há o que esconder! No plano de uma solução que atinja a estrutura do problema implica reconhecer que é o modelo de Universidade que está falido! Que necessitamos de uma Universidade

lo Estado assumindo sua responsabilidade na manutenção da Educação em todos os níveis! Não existem "regras do jogo" a serem respeitadas! É necessário antes de tudo mudá-las!

a) Renato de Oliveira, professor da Ufrgs e Unisinos, Vice-Presidente da Regional Sul da ANDEs.

ZERO HORA — Domingo, 09.10.83 — PÁGINA 6

Eloar Guazzelli defenderá grevistas da PUC

Os 18 alunos indicados pela Pontifícia Universidade Católica no Inquérito administrativo que investiga a greve que paralisou a PUC no período de 16 a 29 de setembro, serão defendidos pelo advogado Eloar Guazzelli.

Relacionados pela Reitoria os alunos tiveram as acusações confirmadas por uma Comissão de Sindicância Integrada, por dois professores da Universidade.

de e agora responderão a Inquérito, que iniciará na próxima semana.

O primeiro encontro com o advogado que os defenderá ao longo deste Inquérito será amanhã, às 11 horas, em seu escritório. Comparecerá a uma comissão representando os 29 indicados liderados pelo presidente do DCE, Euzébio Assumpção e o vice-presidente da entidade, Lucio Vieira.

ZH - 27/10/83